

Do Congresso de Viena e da paz de Versalhes: da clemência soberana ao olhar dos vencidos*

Alexandre de Lima Paniza**

O Congresso de Viena, indubitavelmente, deixou as suas singulares marcas na história das civilizações.

Muito mais do que um ajuntamento de monarquias ou uma grande barganha territorial, o Congresso de Viena representou uma lição de como buscar a paz, ainda que esta tenha sido alcançada a preço de sangue.

Para os principais articuladores de Viena, não estava em jogo apenas a restauração das fronteiras pré-revolucionárias (1789), ou a restauração da ordem monárquica abalada pelo republicanismo, mas, acima de tudo, a constituição de uma (nova) ordem europeia que se pautasse pelo equilíbrio do sistema de relações internacionais, bem como por garantias efetivas de que os acontecimentos de sua geração estivessem longe de se repetir.

No tocante a esse último ponto, residiu a sabedoria de Viena: a clemência soberana.

Os efeitos de uma “paz hipotecada” ficaram claros nos anos seguintes ao Tratado de Versalhes; apenas comparando os processos de paz da Era Napoleônica e da Primeira Grande Guerra, poderemos aquilatar o valor inestimável de uma paz efetivamente negociada e compartilhada.

E uma paz verdadeiramente negociada implica três condições: respeito mútuo entre as partes beligerantes, unidade de pensamento (objetivos bem definidos) dentro de cada grupo beligerante e capacidade efetiva de sacrificar interesses imediatos em nome de uma estratégia sustentável no longo prazo.

A “Paz de Viena”, no tocante ao respeito mútuo, evitou a dilaceração do Estado francês, que já estava relativamente “domesticado” pelos inimigos de Napoleão Bonaparte, ao convidar o Governo restaurado para as discussões do pós-guerra. No que tange à unidade de interesse, as potências vencedoras concederam à monarquia francesa (restaurada) o *status* de aliado — perfazendo, a partir de então, o binômio aliado — inimigo com os adeptos dos ideais republicanos. Por conseguinte, o Congresso de Viena representou o *forum* de discussões das monarquias europeias, e não a destruição ou humilhação do Estado francês.

No entanto, para que tal unidade lograsse êxito e permitisse as articulações de longo prazo, dois princípios foram basilares: o Princípio da Legitimidade, proposto por Talleyrand, representante francês; o Princípio do Equilíbrio Europeu, por

* Colaboração do autor.

** Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP (Área de concentração em Relações Internacionais). Mestre em Direito Comunitário e de Integração pela PUC-MG. Professor de Estratégia Competitiva de Países e de Direito Internacional nos cursos de Administração de Empresas e de Direito da PUC-MG.

Metternich, representante da Áustria e articulador dos trabalhos do Congresso de Viena. O primeiro buscava restaurar os governos e fronteiras “legítimos”, pré-Revolução Francesa, enquanto este temperava a reorganização, buscando impedir o domínio de uma potência sobre as demais.

Tais princípios permitiram conciliar a restauração das monarquias e o realinhamento das forças políticas européias — inclusive domesticamente, dado que os ideais liberais deixaram suas marcas nos debates políticos dos países europeus — culminando com a criação da Santa Aliança e da Quádrupla Aliança, que buscavam proteger, respectivamente, as monarquias legítimas e o equilíbrio europeu.

Em Versalhes, ao contrário do ocorrido com a França em Viena, além do tratamento (altamente questionável) conferido à delegação alemã, o *Diktat* (Ditado) de Versalhes foi empurrado, literalmente, garganta abaixo ao povo alemão, em meio aos trabalhos da Assembléia Constituinte de Weimar. Sem negociações, um tratado que, para a Alemanha, era a única opção a seguir, a fim de se evitar a vergonha de uma marcha aliada triunfal em seu território.

Versalhes foi um tratado que, ao confiscar territórios e prever multas de guerra indefinidas, a serem calculadas em posteriores “negociações”, refletia muito mais o desejo de vingança de alguns vencedores — particularmente a França, ainda ressentida pela Guerra Franco-Prussiana —, do que um projeto geopolítico para a estabilidade européia. Não haveria de ser surpreendente, por conseguinte, o grande sentimento de indignação que invadiu o seio da nação alemã, ao ver-se coagida pelas circunstâncias a assinar um tratado que lhe imputava, na famigerada Cláusula

la 231, toda a responsabilidade financeira e moral pela Primeira Grande Guerra.

Se em Viena os vencedores possuíam um objetivo geral determinado — a reconstrução da estabilidade européia — os Aliados, ao final da Primeira Grande Guerra, não conseguiram entrar facilmente em acordo, produzindo, ademais, um tratado que refletia parcialmente os interesses marginais de cada um deles:

- a) os Estados Unidos, embalados no idealismo contagiante de Woodrow Wilson, preconizando um “reino de justiça internacional”, semeando as bases da Liga das Nações;
- b) a Inglaterra, tão somente interessada na armada imperial alemã, que obteve afinal, e na preservação da vilipendiada Alemanha, especificamente para que esta servisse de anteparo geopolítico a eventuais pretensões francesas e russas;
- c) a França, entregue à própria sorte e aos seus temores, perseguia as reservas carboníferas alemãs, fronteiras teoricamente seguras e uma improvável cisão da nação alemã. Não custa lembrar que a Alemanha, até então, possuía, isoladamente, no Continente europeu, a melhor combinação do trinômio carvão-aço-população.

E, como decorrência da inexistência das duas primeiras (principais) condições de uma paz verdadeiramente negociada em Versalhes, a desmedida preocupação com interesses de curto prazo implicou o sacrifício de uma paz efetivamente sustentável, justamente o contrário de Viena, onde o desejo de vingança pós-napoleônico foi sacrificado em nome da estabilidade interna

dos vencidos, a França, a fim de se evitar a semente do ódio futuro.

E, na “Paz de Paris”, como consequência da ausência de uniformidade estratégica e de interesses claramente dissonantes, foi produzida uma combinação naturalmente explosiva: uma Alemanha humilhada, uma França entregue à própria sorte e a falência operacional da Liga das Nações. Não custa lembrar que a Alemanha, ao final da Primeira Grande Guerra, não possuía qualquer representação política e diplomática estável, encontrando-se perdida entre os conflitos e rebeliões promovidos pelas diversas facções liberais, socialistas radicais e conservadoras que buscavam o controle industrial e militar do país.

Pior, a rendição da Alemanha, abandonada gradativamente por seus aliados, foi majoritariamente decorrente de uma expectativa de manutenção territorial e econômica nas negociações pós-guerra — ao contrário da França em Viena, que assistiu à derrota de um regime, não de toda uma nação —, o que muito contribuiu para que brotasse nas diversas camadas da população alemã um sentimento de traição em relação aos Aliados, especialmente em relação à França, que encabeçava as “negociações”.

Diametralmente opostos, os concertos diplomáticos de Viena e Versalhes são as duas possíveis faces dos períodos de pós-guerra, onde, no primeiro caso, a clemência soberana dos vencedores, fruto de uma rara serenidade, produziu as condições necessárias para uma prolongada paz no cenário internacional — enquanto, no segundo caso, um conflito (aparentemente) dissolvido continuou no seio do povo vencido, produzindo, a seu próprio tempo, oportunos (e trágicos) frutos.

Enquanto o sistema de Viena foi rompido tão somente pela violação de seus princípios (Napoleão III; Guerra da Criméia), as cláusulas politicamente indefesas do Tratado de Versalhes foram, em si mesmas, as maiores responsáveis pela comoção, e revolta, do povo alemão — desembocando no ardente desejo de vingança do III Reich.

O III Reich foi, indubitavelmente, fruto da instabilidade política e fragilidade econômica inerentes à República de Weimar, que, entre os efeitos da Crise de 29 e as amarras implacáveis do Tratado de Versalhes, não teria outro destino, a não ser retribuir historicamente às potências vencedoras da Primeira Grande Guerra, a impiedade soberana que lhe foi destinada. ☹

Referências

- BATTESTI, Michèle. Um exército em frangalhos. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 43-45, jul. 2006.
- COTRIM, Gilberto. *História e consciência do mundo*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- FRANÇOIS-PONCET, André. Mais que derrota, humilhação. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 38-39, jul. 2006.
- _____. Povo unido pela indignação. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 40-41, jul. 2006.
- _____. Tratado de paz, ameaça de guerra. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 30-37, jul. 2006.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.
- KLEIN, Claude. *Weimar*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- KOSHIBA, Luiz. *História: origens, estruturas e processos*. São Paulo: Atual, 2000.
- MIQUEL, Pierre. Por trás do armistício, a ameaça vermelha. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 46-51, jul. 2006.
- RAY, John. *The illustrated history of WWII*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2003.
- TAYLOR, A. J. P. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.